

A ORGANIZAÇÃO DO TEMPO NA PLANIFICAÇÃO E NO ENSINO DOS CONTEÚDOS ESCOLARES

Andréa Silva¹

Mestre em Ciências da Educação
Universidade do Minho
andrealins.7@hotmail.com

Ana Silva

Doutora e professora auxiliar
Universidade do Minho
anasilva@ie.uminho.pt

Este texto fez parte da dissertação de mestrado, que teve como tema principal: "Organização curricular do ensino fundamental e prática pedagógica com alunos do 5º ano em uma escola pública de Salvador, na Bahia, Brasil." A investigação centrou-se num Estudo de Caso, onde uma das questões esteve relacionada com a organização do tempo escolar, numa perspectiva compreensiva e interpretativa, cujo objetivo foi verificar como ocorre na prática a aplicação da teoria contida nos documentos escolares oficiais. Como metodologia de recolha de dados, privilegiou documentos oficiais, entrevista semiestruturada com a professora e observação direta de aulas. Esta realidade mostrou uma discrepância entre o tempo legal e o objetivo e o tempo real e o subjetivo. Mostrou também a importância do tempo para além da prática pedagógica do professor.

Palavras-chave: Tempo escolar. Currículo. Ensino Fundamental.

*“Quem teve a ideia de cortar o tempo em fatias,
a que se deu o nome de ano, foi um indivíduo genial.
Industrializou a esperança, fazendo-a funcionar no limite da exaustão.
Doze meses dão para qualquer ser humano se cansar e entregar os pontos.
Aí entra o milagre da renovação e tudo começa outra vez,
com outro número e outra vontade de acreditar
que daqui pra diante vai ser diferente.”*
(Cortar o tempo – DRUMMOND)

INTRODUÇÃO

Com base em informações do Censo Escolar de 2011, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) divulgou, em 2012, dados sobre a taxa de

¹ Trabalho apresentado no II Seminário – Tempos Sociais e o Mundo Contemporâneo, “As Crises, as Fases e as Ruturas”, em Novembro de 2013 na Universidade do Minho.

reprovação no Ensino Médio no Brasil de 13,1% e afirmou ser a maior taxa de reprovação no país, desde 1999.

Neste mesmo ano, a taxa de reprovação referente ao Ensino Fundamental foi de 9,6%. A qualidade do aprendizado foi um dos indicadores levantados pelo ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para justificar os percentuais alcançados. O Brasil é um dos países que tem a maior taxa de reprovação do mundo, conforme dados do Pisa de 2009 (Faria, 2011).

Os elevados índices de repetência e analfabetismo revelam a não consecução de objetivos educacionais. Este evidente fracasso escolar é tratado neste texto, na base da perspectiva da gestão do tempo pedagógico. Esta abordagem envolve a busca de compreensão do tempo do trabalho pedagógico de uma professora, cuja prática está embasada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que orientam o Ensino Fundamental no Brasil, em que os conteúdos estão organizados por categorias e níveis de complexidade, tendo em conta a idade/maturidade do aluno.

A proposta dos PCNs é de um currículo com um núcleo comum obrigatório e uma parte diversificada e mais flexível. Esse conhecimento é distribuído nos livros didáticos e estes, por sua vez, trabalhados nas escolas e ministrado em tempos determinados. Assim, o conhecimento é tratado de forma fragmentada dentro da organização e no âmbito do planejamento de um tempo objetivo dividido e subdividido.

Como tem funcionado o trabalho pedagógico da professora dentro dessa dinâmica temporal imposta de cima para baixo no sistema escolar municipal? Esta é a questão norteadora desta apresentação. Neste âmbito, buscamos compreender o tempo da professora, quanto ao mínimo necessário para o planejamento de suas aulas. O tempo planejado para as aulas corresponde, de forma satisfatória, aos objetivos traçados para as mesmas?

A análise da gestão do tempo pedagógico requer uma reflexão acerca da relação entre o tempo objetivo e subjetivo do currículo escolar, não em sua aceção restrita aos conteúdos e programas de ensino, mas a tudo o que o torna factível.

Como metodologia aplicada na recolha de dados do presente estudo, privilegiamos a pesquisa documental dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e do Projeto Político Pedagógico (PPP), bem como a entrevista semiestruturadas com a professora do 5º ano e a observação de suas aulas em uma escola pública brasileira.

Acreditamos que este estudo possa contribuir para uma reflexão acerca da importância de se pensar e disponibilizar o tempo necessário à melhor organização da prática pedagógica, com o objetivo proporcionar uma educação escolar de qualidade.

REFLEXÕES SOBRE O TEMPO E O SISTEMA EDUCACIONAL NO ENSINO FUNDAMENTAL BRASILEIRO

O tempo subjetivo perpassa pelo contexto sócio histórico com base nas necessidades da sociedade e, apoiado na tecnologia, passa a ser medido na tentativa de (des) subjetivá-lo, dividindo-o e igualando-o para todos. O relógio é a ferramenta que ajudará a objetivar o tempo a partir do século XI, assumindo, assim, uma forma de controle social (Assmann, 2000) .

O controle objetivo do tempo subjetivo está presente no espaço escolar. Porém, na escola investigada, conforme detalhado mais adiante, nota-se que existe um desconforto no trabalho pedagógico da professora com relação ao que ela planeja para os alunos. Essa racionalização do tempo não condiz, na prática, com o que ocorre de fato.

Habermas (1968, citado por Santos, 2006, p. 196) menciona que Max Weber “introduziu o conceito de 'racionalidade' para caracterizar a forma capitalista da atividade econômica, a forma burguesa das trocas ao nível do direito privado e a forma burocrática da dominação”. A divisão do tempo, ou seja, sua fragmentação objetiva foi um contributo para atender a economia de uma sociedade industrial que, implantado no sistema educacional, causou prejuízos à educação, conforme se observa na atualidade.

A não consecução de objetivos educacionais, refletida, em síntese, no fracasso escolar (Carvalho, 2011), envolve inúmeras questões entre as quais destacamos para esta reflexão a execução da prática pedagógica com base na divisão do tempo escolar, em atendimento às sugestões dos documentos legais.

Cabe considerar que defendemos a necessária apreensão crítica dos conteúdos curriculares no estudo dos entraves à sua aplicação (Pacheco, 2001; Pacheco, 2003; Goodson, 2001). Entretanto, entendemos que também e, sobretudo, pela observação de sua aplicação, seja possível justificar incoerências.

No âmbito da execução da prática pedagógica, autores apontam diversas causas para o problema do fracasso escolar brasileiro, desde dificuldades observadas nos alunos (Bandeira, Marina *et al*, 2006; Silva e Beltrame, 2011), até as limitações por

parte dos professores, quer para aplicar os conteúdos curriculares, quer para lidar com os alunos (Silva, 1994). Os entraves à prática pedagógica do professor(a), em geral, aparecem desde a sua qualificação profissional (Weber & Verganni, 2010) até às suas condições de trabalho (*Íbdem*). Neste âmbito, o tempo é necessário não só à sua qualificação, mas também à satisfação das suas necessidades profissionais (Kuenzer, 1989) e de sobrevivência (Saviane, 2000; Frigotto, 2002).

A escola reflete a ordem do tempo social e produz conflitos com formas preestabelecidas de organização do seu tempo (Cavaliere, 2007; Faria Filho & Vidal, 2000; Garcia, 1999). No conjunto dos conflitos está o tempo do professor(a). Administrar o tempo de atuação profissional nos limites da sala de aula não condiz com uma profissão cujo preparo da ação se dá fora desse âmbito. Via de regra, o trabalho do professor começa antes de sua atuação pedagógica na sala de aula, no planeamento e na revisão dos trabalhos realizados pelos alunos. Para estudiosos como Sampaio (2002), o tempo extraclasse deveria corresponder ao tempo de criação coletiva na escola.

O desenvolvimento profissional e o trabalho em equipe são, para Gómez (2004), elementos constitutivos do trabalho do professor, para além da transmissão de conhecimento e do controle dos alunos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS ADOTADOS NA INVESTIGAÇÃO

Na complexidade da discussão acerca das condições materiais de existência do professor(a), autores como Lima (1995) partem de uma análise do papel desse profissional na sociedade contemporânea no que concerne à sua imagem pública.

O campo de investigação deste estudo correspondeu a uma escola pública municipal de Ensino Fundamental da cidade de Salvador, no estado brasileiro da Bahia. A população envolveu a única turma cursante do 5º ano em 2012, composta por 33 alunos com idade entre 10 e 16 anos e sua professora.

A investigação compreendeu um estudo de caso de natureza qualitativa com base nos requisitos descritos por Yin (2005), envolvendo a exploração de um fenómeno contemporâneo num contexto da vida real por meio de documentos, entrevistas e observação. Ainda com base no autor, uma atenção foi dirigida para a questão ética quanto ao consentimento antecipado dos informantes, bem como sua proteção contra qualquer espécie de prejuízo.

Tanto na observação completa, conforme proposta por Bogdan e Biklen (1994), quanto na entrevista, aplicada de modo semi-estruturado (Manzini, 1990), foi feito o *member checks*, ou seja, uma revisão das análises dos dados pelos entrevistados, para que estes pudessem conferir se nossas interpretações refletiram de fato “suas experiências/ ideias/sentimentos” (Coutinho, 2008, p. 9).

Neste artigo tratamos dos dados recolhidos com a professora no que se refere à questão do tempo e a relação deste com os documentos legais que orientam sua prática.

No tratamento dos dados desta investigação foi feita análise de conteúdo de dois documentos legais para uma apreensão sincrética de suas características (Bardin 1977), bem como do discurso da professora extraído de entrevistas e observações da sua prática pedagógica em sala de aula.

O primeiro documento considerado neste estudo compreende os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), publicados em 1977, os quais fazem referência à organização do currículo escolar no Brasil, com a função de fornecer orientações que contribuam para garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional (República, 1997).

O segundo documento que tratamos neste estudo é o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola. O PPP é um documento interno que toda escola deve ter. Nele está sua identidade com objetivos e metas a alcançar no processo educacional. A elaboração deste documento pela escola contribui para a compreensão da importância de a instituição não se submeter ao poder centralizador que o sistema impõe mas, antes, tentar alcançar sua própria autonomia (Veiga, 1995). Para Gadotti, (2001, p. 37), “todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa, portanto, tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade” com a intenção de melhorar o presente.

A análise dos resultados neste estudo envolve uma apreensão dos discursos em relação ao tempo no que diz respeito à sua utilização no contexto escolar. Sua abordagem leva em conta o tempo na perspectiva dos documentos legais, do contexto escolar e do discurso da professora, como segue abaixo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A distribuição das disciplinas conforme as orientações legais

Os PCNs referem-se a uma coleção de documentos que sugerem uma organização curricular quanto aos conteúdos a serem estudados no primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental. Elaborado pela Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação (MEC), o documento é composto por dez volumes. O primeiro volume corresponde a introdução. Os oito volumes seguintes à introdução referem-se às Áreas de Conhecimento, como Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Arte, Ciências Naturais, Educação Física e Língua Estrangeira. O último volume corresponde aos Temas Transversais, que envolvem questões sociais, como Ética, Orientação Sexual, Saúde, Meio Ambiente, Trabalho e Consumo e Pluralidade Cultural (Bonamino & Martínez, 2002).

Apesar de os PCNs servirem como ponto de partida para o trabalho no Ensino Fundamental, cada instituição deve elaborar sua proposta pedagógica fazendo as adaptações necessárias tendo em conta a realidade social do local onde funciona. Tais adaptações devem estar claras no PPP da escola, por tratar-se de um documento interno que contém as sugestões dos PCNs já adaptados à realidade específica de cada escola.

A versão atual do PPP da escola em causa contém reformulações recentes, feitas a lápis pela equipe pedagógica, nas quais a professora investigada neste estudo participou, conforme afirma na entrevista, quando questionada sobre sua participação na elaboração ou na atualização do documento:

Eu não conheci o primeiro PPP. Esse que a gente tem aqui, hoje, foi feito pela coordenadora com a participação dos professores. Foi mais organizado, mais sistematizado. Participamos nos acervos, mas como é um trabalho amplo, quem tomou a frente, quem organizou mesmo e sistematizou foi ela. Foi feito em 2009 e a gente atualizou, mas ainda não foi digitado. Ta manuscrito para ser redigitado. (Entrevista da professora)

Quanto a organização curricular dos conteúdos, o PPP da escola investigada sugere, na página 42, que “É preciso transformar o currículo monocultural em multicultural (...) para que as crianças não venham sofrer violência simbólica imposta pela classe dominante”. E, chama a atenção, para a necessidade de desenvolver práticas curriculares que “privilegiem a problematização, o questionamento, situações desafiadoras, a inventividade, a criatividade, e criticidade” (*Idem*).

Segundo Paulo Freire (1974, cit. por Revista da Faeba, 1997, p.10) “o homem é praxis e, porque assim o é, não pode se reduzir a um mero espectador da

realidade, nem tampouco a uma mera incidência da ação condutora de outros homens que o transformarão em ‘coisa’. Desse modo, as professoras reconhecem e expressam no PPP que sua atuação profissional consiste em um desafio. Sobretudo, ao abordar no documento a necessidade de desenvolver a multiculturalidade, na prática desse processo há empecilhos por conta do tempo de aplicação dos conteúdos das disciplinas consideradas mais importantes como é o caso do estudo da Língua Portuguesa. Percebe-se isso claramente quando a professora refere-se à questão curricular ao dizer:

Eu acho que o currículo é deficiente, mas ele é muito voltado, pelo menos na situação da prefeitura, desde o primeiro ano para a alfabetização. E acredita-se que ele já tenha experiência de rua com Matemática. Então Matemática acaba ficando de lado. Só que à medida em que vai passando o tempo e que eles vão trabalhando bastante a questão do letramento na escola, chega um ponto em que eles ficam com muita dificuldade em Matemática. A Matemática exige que sejam trabalhadas as normas, exige que sejam trabalhadas as regras que eles até então só têm a experiência de vida, como passar um troco, aquela coisa de cabeça (cor). Quando você entra com algo formal como sistema decimal, se ele não tiver essa visão ele não vai aprender. E a grande maioria tem dificuldade com isso porque a base não foi construída. O projeto da prefeitura é voltado para o letramento (Entrevista da professora).

O que a professora afirma confere com o que constatamos no período da observação do trabalho pedagógico em sala e também confere com os seus Planos de Aula, aos quais tivemos acesso com o seu consentimento.

Ainda em relação aos conteúdos, quando questionada a respeito da organização do currículo do 5º ano e quanto ao tempo para cumpri-lo, a professora respondeu:

Português tem todos os dias e os outros horários são divididos. Um dia tem Matemática, um dia tem História, um dia tem Ciências, um dia tem Geografia e um dia tem Inglês. Existe uma carga horária e um planejamento. A maior parte da carga horária é destinada a Português. Então, como eles já vêm trabalhando Língua Portuguesa desde o início da escola, então eles têm um desenvolvimento melhor em Língua Portuguesa e acaba tendo menos tempo para as outras matérias. No caso de História, Geografia e Ciências eu acredito que quando você ler bem, você acaba entendendo essas matérias. Já no caso de Matemática fica deficiente (Entrevista da professora).

Há em seu discurso uma ênfase no ensino de Língua Portuguesa e não é por acaso. Existe uma relação com o desenvolvimento do trabalho pedagógico ao longo dos nove anos do Ensino Fundamental, pois, segundo a professora, muitas crianças chegam ao fim do Segundo Ciclo com dificuldade de leitura e, conseqüentemente, de interpretação. Isto se reflete nas palavras da professora quando, ao responder uma

pergunta sobre conhecimento tecnológico diz: “Até os que não lêem conseguem mexer melhor no celular do que eu.”, ou seja, há na turma, crianças que não sabem ler. Este fato foi confirmado durante a observação do processo de leitura compartilhada em sala.

O tempo escolar nos textos legais: propostas de aplicação

Na concepção de Veiga (1995), a escola dispõe de dois tipos básicos de estruturas: administrativas e pedagógicas. As estruturas administrativas devem garantir a locação e a gestão de recursos físicos e financeiros e levar em conta elementos materiais, como a arquitetura do edifício escolar e suas condições de uso, os equipamentos e materiais didáticos, o mobiliário, a distribuição das dependências escolares e os espaços externos, tendo em conta a limpeza e o saneamento básico. Quanto a isto, no PPP da escola há uma descrição do espaço físico que cabe considerar aqui.

Consta na introdução do PPP o desejo de alcançar criatividade, qualidade e integração das coisas e das pessoas no ensino e que, para isso, conta com profissionais experientes e prontos para uma grande realização com base no que a escola dispõe, reconhecendo tratar-se de mais um dos seus desafios. Desse modo, demonstram entender que a superação dos desafios da escola não está ligada apenas a questões pedagógicas, mas também às questões físicas do espaço onde essa educação acontece.

Se o tempo é escasso e se mostra insuficiente para o alcance dos objetivos para condições climáticas “normais”, isto se agrava com a chegada do inverno, pois as salas de aula alagam e o teto de algumas desaba, dificultando o acesso das crianças ao seu espaço de aprendizagem (PPP, 2009). A chuva também contribui na deterioração de equipamentos tecnológicos que, normalmente, dão suporte às atividades escolares.

Outro problema também relacionado à estrutura física e que, possivelmente, contribui para a desconcentração durante a aula é o desconforto da sala no período do verão. Além de pequeno o espaço externo, a escola não tem ventilação suficiente, conforme escrito no PPP: (...) as paredes possuem temperaturas térmicas elevadas, causando danos a alguns aparelhos e podendo causar curtos circuitos e, conseqüente incêndio, levando risco à integridade física de toda a comunidade escolar (PPP, 2009, pp. 12 e 13).

Durante a observação, constatamos a veracidade do que consta no documento quanto ao desconforto que o calor provoca. Não há ventiladores no teto da sala. Entretanto, quando há algum evento importante na sala, como uma palestra

proferida por convidados, e que uma vez acompanhamos, é colocado um ventilador de pé, que funciona como paliativo, uma vez que não alcança toda a sala e o calor continua de alguma forma para muitos.

Segundo Lima (1995: 75):

O prédio escolar se confunde com o próprio serviço escolar e com o direito à educação. Embora colocado no rol dos itens secundários dos programas educativos, é o prédio da escola que estabelece concretamente os limites e as características do atendimento. E é ainda esse objeto concreto que a população identifica e dá significado.

Desse modo, segundo o autor, não se pode ignorar a importância, a força, a influência e o impacto que a estrutura física da escola tem sobre a educação. O autor considera a estrutura física uma variável importante no processo de aprendizagem, pois facilita o processo por oferecer alternativas para a criatividade de cada um.

A própria introdução dos PCNs chamam a atenção para a importância da estrutura física do espaço escolar, entre outras coisas, em relação a garantia de acesso e permanência dos alunos na escola (Bonamiro & Martínéz, 2002).

Contudo, a história mostra que nem sempre a arquitetura escolar foi tão precária. Se compararmos as escolas públicas do passado com as de hoje vamos perceber diferenças significativas. Conforme Lima (1995), as escolas públicas do passado, por atenderem às pessoas da elite, possuíam uma estrutura física apropriada para a educação, diferentemente do atendimento aos alunos de hoje, quando a estrutura escolar passa a ser representada por construções rápidas e baratas de salas, para fins de atendimento à demanda social, mesmo que isso tenha significado de resolução de questões escolares em termos apenas quantitativos.

O tempo no cotidiano escolar

O outro tipo de estrutura básica concebida por Veiga (1995) corresponde à parte pedagógica, na qual, além de outras, tem a função de, teoricamente, organizar os objetivos educativos para que a escola atinja de forma eficiente e eficaz as suas finalidades. O tempo, considerado aqui na abordagem das questões pedagógicas, é relativo ao objetivo de atingir as metas educacionais traçadas.

Durante duas semanas de aula realizamos a observação direta na turma em paralelo ao planejamento elaborado pela professora no mês de Outubro de 2012. As aulas expositivas ministradas pela professora aconteceram todos os dias durante as duas

semanas de observação e conforme o planejamento da mesma, porém com uma certa dificuldade por conta do tempo, pois sempre ficava algo para o dia seguinte.

As tarefas que ficavam para o dia seguinte, conforme observamos, não eram finalizadas por conta da necessidade de maior discussão entre os alunos, ou seja, o tempo destinado a algumas atividades parecia não corresponder à necessidade de sua realização. Uma outra justificativa para isso foi a própria professora quem deu:

Normalmente não dá tempo. Eu até reclamo muito sobre isso com eles. Ontem mesmo eu fiquei com eles até 17:20. Eu digo a eles que o tempo que eu to perdendo reclamando com eles eu vou descontar na hora da saída. Só que não é todo dia que eu tenho condição de ficar na saída. Então infelizmente a gente perde muito tempo. Então se eles tivessem já uma postura diferente de saber ouvir, escutar o outro daria tempo (Entrevista da professora).

A professora chama atenção para a questão do comportamento dos alunos. Conforme nossa observação, vários fatores podem estar implicados nesse comportamento. O próprio PPP da escola expõe o desconforto na aula e os alunos podem estar a reagir diante disso de forma consciente ou até inconsciente pelo incômodo que é estar num ambiente tal como foi descrito pela própria escola no documento. Como a turma ‘não colabora’ na realização das tarefas dentro do tempo estipulado, a mesma, é castigada por ficar na sala até além da hora da saída.

Para a professora, se os alunos soubessem ‘ouvir e escutar’ daria tempo. Devemos nos ater também ao fato de que a professora ao deixar os alunos saírem mais tarde, também está em condição desfavorável em relação aos alunos, uma vez que estes moram no bairro da escola enquanto ela mora mais distante.

Para Weber e Verganni (2010, p. 2),

Além dos fatores relacionados diretamente ao corpo, como a ergonomia inadequada e o uso da voz, há os fatores externos e psicológicos, que vão desde os problemas que o aluno enfrenta em sua casa e leva para a sala de aula, até a violência urbana. Isso, além de todas as exigências sobre a atividade docente impostas pelas mudanças e atual organização do ensino no Brasil. Tudo isso se mistura e desemboca na sala de aula, afetando o meio ambiente de trabalho. É nesse meio ambiente caótico que o professor vive, se desloca e, apesar de tudo isso, deve manter a serenidade para sua sublime tarefa de educar, transmitir valores, projetar a sociedade para o futuro. Formar cidadãos sem o mesmo respeito que a sociedade lhe delegava antigamente.

Contudo, cabe considerar que esta observação não encerra a possibilidade da ocorrência de outros fatores determinantes do comportamento observado nos alunos. Não os investigamos em ambiente diferente e sob outros estímulos além dos conteúdos

trabalhados pela professora. Logo, o desconforto e as atividades, em si, podem não ser causas suficientes, porém, podem se revelar como contribuintes para seu desinteresse.

O tempo do professor e o valor social da profissão

Da entrevista realizada com a professora surgiram dados reveladores de uma profissão desvalorizada. A entrevista ocorreu no turno da manhã por sugestão da mesma pois, segundo ela, os horários são mais flexíveis.

Durante a entrevista, no que diz respeito à disposição do tempo para realização de sua atividade profissional, perguntamos à professora sobre o seu tempo para planejar as aulas em relação às suas outras atividades diárias, ao que ela respondeu:

O tempo é limitadíssimo. Mesmo eu sendo vice-diretora de manhã, eu não consigo. Se eu não planejar minha aula na sexta, quando eu chego em casa ou no sábado, durante a semana não faço planejamento porque não dá. E olha que eu não tenho 20 horas em sala de aula e as outras 20 horas são mais flexíveis, mas não dá tempo. Então, às vezes eu penso em buscar um vídeo para passar, mas a internet da escola é bloqueada. Então pra não acessar certas coisas impróprias você acaba não acessando nada. Você acaba não tendo acesso a uma gama de informações. Então, normalmente, eu faço meu planejamento sexta-feira à noite, quando eu saio daqui, mas nunca é suficiente. Toda sexta-feira os alunos saem às 15h. Então de 15h às 17h tem uma atividade complementar que, a princípio, a prefeitura liberava para planejamento, para troca de ideias, mas como isso passou a ser muito questionado por conta do tempo pedagógico do aluno, esse horário, agora, é só liberado para estudos. Então a coordenadora se encarrega de preparar. Ela pergunta o que seria interessante, em que estamos com dificuldade para que ela possa trazer para o estudo (Entrevista da professora).

Conforme se lê no texto da entrevista, a professora fala da falta de tempo para planejar suas aulas e do bloqueio ao acesso à internet pela escola. Acredita que a internet poderia facilitar o seu trabalho.

Outro entrave observado na fala da professora foi a mudança feita pela prefeitura quanto a atividade complementar. Segundo ela, o professor passou a ser obrigado a planejar as aulas em casa e o tempo destinado, antes, ao planejamento passou a ser pensado para estudos. Esse tempo para estudo, pela lógica dos projetos legais e pela demanda atual mais emergente, deveria contemplar a capacitação docente, mas acaba sendo utilizado “para discussões de textos com base em alguma demanda pedagógica sugerida pelas professoras”, conforme afirma a professora investigada.

Como a prefeitura extinguiu o tempo do planejamento para outra atividade, restou aos professores realizarem essa tarefa em horário extra ao do trabalho. No caso da professora investigada, ela afirma que planeja suas aulas “em casa, na sexta.

Qualquer atividade extra, como elaboração de prova, eu tenho que fazer em casa. Só chego aqui para imprimir”. Assim, a professora trabalha na instituição e também em casa, sendo que em casa esse trabalho, além de não ser remunerado, corresponde a um tempo subtraído de seu momento de desfrutar do descanso com a família ou de outra atividade de seu gosto ou de sua necessidade.

Webber e Vergani (2010), citam o artigo 2º do Decreto 53.831/64 que enquadra a função do professor como penosa e reforçam essa realidade quando se referem ao magistério como uma atividade “que causa desgaste no organismo, de ordem física ou psicológica, em razão da repetição de movimentos, pressões e tensões psicológicas que afetam emocionalmente o trabalhador”.

Também foi perguntado à professora se ela considera o tempo que dispõe suficiente para planejar aulas interessantes para as crianças e ela respondeu:

Eu vejo assim: o tempo que eu disponho para planejar as aulas, tem que ser aquela aula que já é rotineira. Agora, se eu tivesse um tempo maior eu buscaria um material diferente para todas as aulas. Daria até para construir outro material, mas como não existe esse tempo, então, normalmente, eu sigo uma rotina e uma ou duas vezes por semana, no máximo, eu busco um vídeo para poder dinamizar melhor essas aulas. Mas, assim mesmo, é muito difícil (Entrevista da professora).

Segundo a professora, a falta de tempo faz com que siga rotinas diárias de aula. Há, segundo ela, vontade de fazer um trabalho diferente, mas, não há tempo para isso. Assim, as aulas acontecem quase sempre da mesma forma e sem muita novidade.

Paulo Freire é citado na fundamentação teórica do PPP da escola, no tópico “Tendências Pedagógicas” para destacar a importância de um ensino contextualizado onde o aluno perceba o que estuda. Há uma intenção no documento de que ocorram aulas contextualizadas, mas, na prática observada e no relato da professora, o que se constata é a aplicação de aulas rotineiras e, de vez em quando, um vídeo para dinamizá-las. Sem desmerecer o esforço da professora por melhorias, uma vez que ela reconhece que se tivesse mais tempo mudaria a metodologia, cabe considerar que no mês observado o uso do vídeo se deu por duas vezes apenas. O dado reforça a ideia de que a prática é diferente da teoria em coisas simples como a utilização de vídeos.

A concepção de currículo, no discurso de Paulo Freire, é a de que “nenhuma prática educativa se dá no ar, mas num contexto concreto, histórico, social, cultural, econômico, político, não necessariamente idêntico a outro contexto.” (Freire, 2007, p. 14). É necessário, portanto, analisar o contexto educativo em todos os seus aspectos para uma ação consciente. Daí a importância para o autor de um ensino que considere o

contexto. Do contrário o aluno terá que fazer um esforço dobrado para compreender e interpretar um mundo em que vive de forma crítica.

Demo (2000) também chama a atenção para a importância de se considerar o contexto educativo quando cita Paulo Freire para frisar que “devemos estar na educação formando o sujeito capaz de ter história própria, e não história copiada, reproduzida, na sombra dos outros, parasitária. Uma história que permita ao sujeito participar da sociedade”. Ministrando aulas de rotina, nos termos observados nesta investigação, acaba por não contemplar aspectos fundamentais quanto a formação de alunos pesquisadores, na concepção de Demo e alunos críticos, na concepção freireana.

Segundo Webber e Vergani (2010), deve-se criar políticas públicas que tenham um olhar especial para a função do professor, uma vez que é ele quem lida com uma série de fatores de ordem pessoal e não pessoal, interna e externa, ao mesmo tempo em que tem que conduzir o processo de ensino-aprendizagem. Seu trabalho é decisivo para a formação de uma geração que terá comportamentos que vão repercutir em sua vida e na dos outros. Como pontuam as autoras Webber e Vergani (2010, p. 2):

Além dos fatores relacionados diretamente ao corpo, como a ergonomia inadequada e o uso da voz, há os fatores externos e psicológicos, que vão desde os problemas que o aluno enfrenta em sua casa e leva para a sala de aula, até a violência urbana. Isso, além de todas as exigências sobre a atividade docente impostas pelas mudanças e atual organização do ensino no Brasil. Tudo isso se mistura e desemboca na sala de aula, afetando o meio ambiente de trabalho. É nesse meio ambiente caótico que o professor vive, se desloca e, apesar de tudo isso, deve manter a serenidade para sua sublime tarefa de educar, transmitir valores, projetar a sociedade para o futuro. Formar cidadãos sem o mesmo respeito que a sociedade lhe delegava antigamente.

É consenso entre teóricos e práticos da educação que cuidar do professor significa cuidar do futuro do país. A pessoa que assume a docência, assume também uma profissão que é fundamental no processo de formação das gerações futuras. Por este motivo devia ser mais respeitado e mais bem assistido pelos poderes públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tempo objetivo pedagógico, previamente planejado, não corresponde ao tempo subjetivo de aplicação do planejamento no caso considerado aqui. Existem vários fatores subjetivos implicados nesse processo. São fatores que não aparecem no momento do planejamento das aulas, pois quando se idealiza algo, o desejo de que dê certo tende a minimizar a previsibilidade das adversidades.

Questões subjetivas e sempre presentes têm um efeito negativo sobre o processo de ensino-aprendizagem. Há também questões objetivas como, por exemplo, a retirada, pela prefeitura, do único tempo semanal que a professora tinha para organizar-se a favor das atividades pedagógicas com as crianças. Há também questões trazidas pelos alunos e que são problemas de cunho social que se refletem na sala de aula. De um modo ou de outro o processo educacional é afetado e os órgãos públicos precisam estar atentos a estas situações e promover programas que favoreçam o trabalho pedagógico. O professor precisa ser visto de modo especial pelos órgãos competentes uma vez que é ele quem lida diretamente com o sujeito em situação de aprendizagem e crescimento. Tais órgãos também precisam favorecer a qualidade do ensino não apenas por criar as leis, mas através do acompanhamento do processo de sua execução até a fase final, ou seja, é preciso, não apenas, sancioná-las e implantá-las, mas também implementá-las favorecendo, assim, a qualidade do atendimento do ensino.

Voltando a questão da investigação, percebemos que existe uma dessintonia entre o programa curricular estabelecido nos documentos oficiais e o tempo designado para o seu cumprimento. Esta situação agrava-se quando somada a fatores de insuficiência infraestruturais e de recursos materiais pedagógicos e humanos da escola em questão. São entraves que dificultam o trabalho educativo e que os órgãos competentes devem estar atentos, se de fato, desejam alcançar os objetivos educacionais estabelecidos legalmente quanto a promoção de uma educação de qualidade no país.

THE ORGANIZATION OF TIME TO PLAN AND TEACH SCHOOL SUBJECTS

ABSTRACT: This text was part of the dissertation, which had as its main theme ". Organization of the elementary school curriculum and pedagogical practice with fifth graders in a public school in Salvador, Bahia, Brazil" The research focused on a case study, where one of the questions was related to the organization of school time, a comprehensive and interpretative perspective, aimed to verify the relationship between theory contained in official documents and teaching practice. The methodology of data collection involved research of official documents, the semi-structured interview with the teacher and observation of lessons. This fact showed a discrepancy between the legal time / goal and the actual / subjective time. Also showed the importance of time beyond the teacher's pedagogic practice.

Keywords: School time, Curriculum, Elementary Education.

REFERÊNCIAS

- Assmann, H. (2000). *Tempo pedagógico: chrónos e kairós na sociedade aprendente*. In: Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente. 4 ed. Petrópolis: Vozes, p. 189–238.
- Bandeira, M. et al. (2006). *Comportamentos problemáticos em estudantes do ensino fundamental: características da ocorrência e relação com habilidades sociais e dificuldades de aprendizagem*. Estud. Psicol. Natal, v. 11, n. 2, ago. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413294X2006000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acessos em 14 ago. 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-294X2006000200009>.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa, Edições 70.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa Em Educação. Uma Introdução à Teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bonamino, A. & Martínez, A. (2002). *Diretrizes e Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino fundamental: a participação das instâncias políticas do Estado*. *Educação & Sociedade*, 23(80), 368-385. Recuperado em 27 de agosto de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302002008000018&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0101-73302002008000018.
- Brasil, Secretaria de Educação Fundamental. (1997). *Parâmetros Curriculares Nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Brasília: MEC/SEF.
- Carvalho, J. (2011). *A produção do fracasso escolar: a trajetória de um clássico*. *Psicologia USP*, 22(3), 569-578. Epub 00 de setembro de 2011. Recuperado em 14 de agosto de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642011000300006&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0103-65642011005000023.
- Cavaliere, A. M. (2007). *Tempo de escola e qualidade na educação pública*. *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Coutinho, C. (2008). *A qualidade da investigação educativa de natureza qualitativa: questões relativas à fidelidade e validade*. *Educação Unissinos*, 12 (1), pp:5-15.
- Faria Filho, L. & Vidal, D. (2000). *Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária brasileira*. *Revista Brasileira de Educação*, Belo Horizonte, n. 14, p. 19-34, maio/ago.
- Faria, E. (2011). *Os alunos reprovados no Brasil: uma análise das proficiências e das taxas de abandono por meio das avaliações Prova Brasil e Pisa*. *Estudando Educação*. Portal de Estudos e Pesquisas em Educação. Brasil. Disponível em: <http://estudandoeducacao.files.wordpress.com/2011/03/estudando-nc2ba-1-versc3a3o-finalv2.pdf>
- Freire, P. (1997). *Educação e Ética Social*. *Revista da Faeeba*, nº 7, jan./junho. Salvador: Universidade Estadual da Bahia – UNEB, p. 10.

- Freire P. (2007). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. (10ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Frigotto, G. (2002). *A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida*. In: Frigotto, G.; Ciavatta M. (Orgs.). *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE.
- Gadotti, M. & Romão, J. (2001). *Autonomia da Escola: Princípios e Propostas*. 4 ed – São Paulo: Cortez.
- Garcia, B. (1999). *A riqueza do tempo perdido*. Educação & Pesquisa, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 109-125, jul./dez.
- Gómez, S. (2004). *Outros tempos para outra escola*. Revista Pedagógica Pátio, n.30, p.47-50, maio/jul.
- Goodson, I. (2001). *O currículo em mudança*. Porto: Porto Editora.
- Kuenzer, A. (1989). *Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. 3. ed. São Paulo: Cortez; Autores Associados.
- Lima, M. W. S. (1995). *Arquitetura e educação*. São Paulo, Studio Nobel. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/040.pdf>
- Pacheco, J. (2001) *Currículo: Teoria e Práxis*.3ª edição. Vol.22. Porto: Porto editora.
- Projeto Político Pedagógico (PPP). (2009). Escola Julieta Calmon. Salvador, Bahia.
- Sampaio, C. (2002). *Educação brasileira e(m) tempo integral*. In: Coelho, Lígia Marta C. da Costa, Cavaliere, Ana Maria (Orgs.). *Alfabetização e os múltiplos tempos que se cruzam na escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 182-196.
- Santos, M. (2006). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. Disponível em: http://www.geociencia.xpg.com.br/dwd/Milton_Santos_A_Natureza_do_Espaco.pdf
- Saviani, D. (2000). *O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias*. In: Ferretti, C. et al. (Orgs.). *Tecnologias, Trabalho e Educação: um debate multidisciplinar*. 6. ed. Petrópolis: Vozes.
- Silva, J.; Beltrame, S. (2011). *Desempenho motor e dificuldades de aprendizagem em escolares com idades entre 7 e 10 anos*. Motri., Vila Real, v. 7, n. 2. Disponível em <http://www.scielo.gpeari.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-107X2011000200007&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 15 ago. 2013.
- Silva, C. da (1994). *O fracasso escolar: a quem atribuir?* Paidéia (Ribeirão Preto), (7), 33-41. Recuperado em 14 de agosto de 2013, de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1994000200004&lng=pt&tlng=pt. 10.1590/S0103-863X1994000200004.
- Veiga, I. (Org). (1995). *Projeto Político Pedagógico da Escola: uma construção possível*. 3.ed. Campinas: Papirus Editora.
- Webber, D. & Vergani, V. (2010). *A profissão de professor na sociedade de risco e a urgência por descanso, dinheiro e respeito no meio ambiente laboral*. In. Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI. Fortaleza – CE, em 09, 10, 11 e 12 de Junho. Disponível

em:http://www.sinprocaxias.com.br/igc/uploadAr/FileProcessingScripts/PHP/UploadedFiles/a_profissao_de_professor.pdf

Yin, R. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos (3 ed.)*. Porto Alegre: Bookman.